

**INSTITUTO UNIVERSITÁRIO MILITAR
DEPARTAMENTO DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS
CURSO DE PROMOÇÃO A OFICIAL SUPERIOR**

2016/2017



TIG

**CARATERIZAÇÃO DOS MOVIMENTOS INSURGENTES QUE ATUARAM
NO TEATRO DE OPERAÇÕES DA GUINÉ-BISSAU (1963 – 1974)**

**O TEXTO CORRESPONDE A TRABALHO FEITO DURANTE A
FREQUÊNCIA DO CURSO NO IUM SENDO DA RESPONSABILIDADE DOS
SEUS AUTORES, NÃO CONSTITUINDO ASSIM DOUTRINA OFICIAL DAS
FORÇAS ARMADAS PORTUGUESAS OU DA GUARDA NACIONAL
REPUBLICANA.**



INSTITUTO UNIVERSITÁRIO MILITAR
DEPARTAMENTO DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS

CARATERIZAÇÃO DOS MOVIMENTOS INSURGENTES
QUE ATUARAM NO TEATRO DE OPERAÇÕES DA
GUINÉ-BISSAU (1963 – 1974)

CAPITÃO, MATERIAL Isabel Maria Abreu Madeira De Faria (Coordenadora)

CAPITÃO, INFANTARIA Daniel Filipe Vasconcelos Pereira De Oliveira

CAPITÃO, INFANTARIA Nelson Dias Pereira

CAPITÃO, ARTILHARIA Carlos Filipe Montezo Casquinha

CAPITÃO, CAVALARIA Flávio De Jesus Da Graça Lima

Trabalho de Investigação de Grupo do CPOS 2016/2017

Pedrouços - 2017



**INSTITUTO UNIVERSITÁRIO MILITAR
DEPARTAMENTO DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS**

**CARATERIZAÇÃO DOS MOVIMENTOS INSURGENTES
QUE ATUARAM NO TEATRO DE OPERAÇÕES DA
GUINÉ-BISSAU (1963 – 1974)**

CAPITÃO, MATERIAL Isabel Maria Abreu Madeira De Faria (Coordenadora)

CAPITÃO, INFANTARIA Daniel Filipe Vasconcelos Pereira De Oliveira

CAPITÃO, INFANTARIA Nelson Dias Pereira

CAPITÃO, ARTILHARIA Carlos Filipe Montezo Casquinha

CAPITÃO, CAVALARIA Flávio De Jesus Da Graça Lima

Trabalho de Investigação de Grupo do CPOS 2016/2017

Orientador: MAJOR, ADMINISTRAÇÃO MILITAR Domingos Manuel Lameira Lopes

Pedrouços - 2017



Declaração de compromisso anti plágio

Declaramos, por nossa honra, que o documento intitulado CARATERIZAÇÃO DOS MOVIMENTOS INSURGENTES QUE ATUARAM NO TEATRO DE OPERAÇÕES DA GUINÉ-BISSAU (1963 – 1974) corresponde ao resultado da investigação por nós desenvolvida enquanto discentes do CPOS 2016/2017 no Instituto Universitário Militar e que é um trabalho original, em que todos os contributos estão corretamente identificados em citações e nas respetivas referências bibliográficas.

Temos consciência que a utilização de elementos alheios não identificados constitui grave falta ética, moral, legal e disciplinar.

CAPITÃO, MATERIAL Isabel Maria Abreu Madeira De Faria (Coordenadora)

CAPITÃO, INFANTARIA Daniel Filipe Vasconcelos Pereira De Oliveira

CAPITÃO, INFANTARIA Nelson Dias Pereira

CAPITÃO, ARTILHARIA Carlos Filipe Montezo Casquinha

CAPITÃO, CAVALARIA Flávio De Jesus Da Graça Lima

Pedrouços, 03 de julho de 2017



Agradecimentos

Ao Major Lameira Lopes, orientador, pela sua disponibilidade, contributos e conselhos transmitidos durante toda a fase de desenvolvimento.

Ao Major Ferreira Cavaleiro deixamos uma palavra de agradecimento pelas sugestões e apoio técnico que se tornaram relevantes para a realização deste documento.

À Biblioteca do Exército e à Biblioteca do Instituto Universitário Militar, pela disponibilidade, apoio na revisão bibliográfica e pela disponibilização do material bibliográfico necessário.

Por fim àqueles que, direta ou indiretamente, contribuíram para este trabalho.



Índice

Introdução	1
1. A subversão e os seus apoios	4
1.1. As conferências e congressos	5
1.2. Apoio de organizações internacionais	5
1.3. Apoio dos estados	7
1.4. Apoio das organizações não governamentais	9
2. A população da Guiné-Bissau e a sua génese	11
2.1. As etnias guineenses e as suas ideologias	11
2.2. A cultura e a religião	12
2.3. As etnias nos movimentos independentistas	13
3. Origem dos movimentos insurgentes	15
4. Organização militar do paigc e a sua evolução	20
4.1. Técnicas e táticas	20
4.2. Recursos táticos	21
4.3. Equipamento e armamento	22
4.4. Métodos	23
Conclusões	25
Bibliografia	27



Lista de Anexos

Anexo A — Independência dos Países Africanos	Anx A-1
Anexo B — Conferências e Congressos	Anx B-1
Anexo C — Adesão dos Países Africanos às Nações Unidas	Anx C-1
Anexo D — As Resoluções da ONU	Anx D-1
Anexo E — Etnias Guineenses	Anx E-1
Anexo F — Divisão da Guiné por Zonas	Anx F-1
Anexo G — Organização do Bigrupo	Anx G-1

Lista de Apêndices

Apêndice A — Diagrama de relações dos movimentos de insurgentes	Apd A-1
---	---------

Lista de Figuras

Figura 1 — Listagem de ONG's que atuaram na Guiné-Bissau	10
Figura 2 — Mapa de etnias da Guiné-Bissau	12
Figura 3 — Míssil Terra-ar SAM-7 (<i>Strella</i>)	23
Figura 4 — Independências dos Países Africanos	Anx A-1
Figura 5 — Adesão dos Países Africanos às Nações Unidas	Anx C-1
Figura 6 — Divisão da Guiné por zonas	Anx F-1
Figura 7 — Organização do Bigrupo	Anx G-1
Figura 8 — Diagrama dos movimentos insurgentes na Guiné-Bissau	Apd A-1



Resumo

Caraterizar a insurgência, os seus movimentos e as suas motivações, torna necessária a interpretação dos dados existentes, analisando a informação disponibilizada e a interpretação ambígua dos acontecimentos, própria de quem os registou, dependentes do seu partido durante e após o conflito. Este estudo está limitado à análise dos insurgentes no período da Guerra de África específico do Teatro de Operações da Guiné-Bissau, no espaço temporal compreendido entre 1963 e 1974. A investigação realizou-se, essencialmente, com a consulta de documentos e estudos históricos de autores nacionais e internacionais

Neste trabalho procuramos partir de uma situação geral, explorando a importância dos apoios e atores externos no sentido de entender a sua relevância para o desfecho do conflito, para uma situação particular caraterizando a génese do povo Guineense e a origem e organização do mais relevante dos movimentos insurgentes, o PAIGC.

De todos os movimentos que lutaram pela independência da Guiné-Bissau, é do nosso entendimento que o PAIGC foi o único que teve sucesso tanto a nível militar como a nível diplomático.

Palavras-Chave

Guiné-Bissau, Insurgência, Subversão, PAIGC.



Abstract

Characterizing the insurgency, its movements and its motivations, makes it necessary to interpret the existing data, analyzing the provided information and the ambiguous interpretation of the events, specific to those who registered them, dependent on their party during and after the conflict. This study is limited to the analysis of insurgents in the period of the War of Africa specific to the Guinea-Bissau Operating Theater, in the time space between 1963 and 1974. The investigation was carried out, essentially, by means of documents and historical studies consultation from both national and international authors.

In this document, we seek to start from a general situation exploring the importance of external support and actors in understanding their relevance to the outcome of the conflict, to a particular situation characterizing the genesis of the Guinean people, and the origin and organization of the insurgent movements, the PAIGC.

Of all the movements that fought for Guinea-Bissau's independence, it is our understanding that the PAIGC was the only one was both militarily and diplomatically successful.

Keywords

Guinea-Bissau, Insurgency, Subversion, PAIGC.



Lista de abreviaturas, siglas e acrónimos

CNU	Carta das Nações Unidas
CSNU	Conselho de Segurança das Nações Unidas
EME	Estado Maior do Exército
EUA	Estados Unidos da América
FAL	Forças Armadas Locais
FAN	Forças Armadas Nacionalistas
FLING	Frente de Luta para a Independência da Guiné
MDN	Ministério da Defesa Nacional
MING	Movimento para a Independência da Guiné
MLG	Movimento de Libertação da Guiné
NATO	<i>North Atlantic Treaty Organization</i>
OI	Organizações Internacionais
ONG	Organizações não Governamentais
ONU	Organização das Nações Unidas
OUA	Organização da Unidade Africana
PAI	Partido Africano da Independência
PAIGC	Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo-Verde
PDE	Publicação Doutrinária do Exército
RDAG	<i>Rassemblement Démocratique Africain de la Guinée</i>
TO	Teatro de Operações
TTP	Técnicas Táticas e Procedimentos
UNGP	União dos Naturais da Guiné Portuguesa
UPG	União das Populações da Guiné
UPLG	União Popular para a Libertação da Guiné
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas



Introdução

A Guerra de África foi o último grande conflito militar em que Portugal se empenhou com as suas Forças Armadas que, no caso do Exército, constituiu um feito extraordinário da forma como os escassos recursos foram utilizados nas três frentes de Angola, Moçambique e Guiné-Bissau.

Com a criação da NATO em 1949, Portugal, como um dos países fundadores, preparava-se para a defesa coletiva dos países membros, face a uma ameaça convencional e nuclear, pelo que não estava preparado para combater um oponente não convencional. Esta ameaça, constituída por bandos armados e guerrilhas (Ministério do Exército, 1966) cujas principais características eram a capacidade de manterem a clandestinidade, o perfeito conhecimento do terreno, a fluidez de apoio logístico, mobilidade, e fugacidade. Durante os anos da guerra em África, muitos dos movimentos insurgentes tentaram estabelecer laços diplomáticos, conquistar apoio internacional e convencer o mundo da justiça da sua luta, não só na Guiné-Bissau, como também noutros territórios ultramarinos. Fizeram-no de várias formas, incluindo contactos com representantes de diversos países, organizações internacionais, incluindo jornalistas e jornais que poderiam ajudar a criar uma opinião pública “internacional” favorável à causa independentista.

A caraterização de algo ou alguém é definida na maioria dos dicionários de língua portuguesa como o “*ato de caraterizar*”, ou seja, “*descrever o carater de*” ou “*descrever com exatidão*” (Priberam, 2013) e revela a importância do estudo que se exige neste trabalho. Caraterizar a insurgência, os seus movimentos e as suas motivações durante a evolução do conflito, torna necessária a interpretação dos dados existentes, analisando a informação disponibilizada e a interpretação ambígua dos acontecimentos, própria de quem os registou, dependentes do seu partido durante e após o conflito. Para a caraterização dos movimentos insurgentes sob as diferentes variáveis políticas, sociais e militares torna-se fundamental o entendimento da relação entre as mesmas e o papel fundamental do próprio governo português e do ambiente social da época no território nacional.

Para a análise concetual pretendida foi utilizada a doutrina atualmente em vigor no Exército Português, nomeadamente o PDE 3-00 Operações (2012), e PDE 3-49 Contrainsurgência (2015), ao abrigo dos seguintes conceitos:

- a) Insurgência: ações de um grupo ou movimento organizado, frequentemente motivado ideologicamente, que procura provocar ou evitar a mudança na autoridade



governante de uma determinada região, centrando-se em persuadir ou coagir a população através do uso de violência e subversão. (EME, 2015, p.3-1)

- b) Guerra subversiva: ação levada a cabo com o objetivo de derrubar um governo ou poder instituído. A motivação é política e resulta em violência não limitada a um território ou país, podendo terminar na eclosão de um conflito militar clássico. A subversão pode resultar do final de uma guerra ou do recrudescimento de uma paz instável. (EME, 2012, p.2-2)
- c) Inimigo: Refere-se a uma entidade, grupo ou força identificada como hostil e contra a qual o uso da força é autorizado. Um inimigo também é designado por combatente e encontra-se abrangido pela lei internacional dos conflitos armados. (EME, 2012, p.B-14)

Definimos como objeto da investigação a caraterização dos movimentos insurgentes, a nível dos apoios externos, influência da população, orientação ideológica dos movimentos insurgentes e sua forma de atuação, que atuaram na Guiné-Bissau, durante o período de 1963-1974.

Este estudo está limitado à análise dos insurgentes no período da Guerra de África específico do Teatro de Operações (TO) da Guiné-Bissau, no espaço temporal compreendido entre 1963 e 1974. A análise realizou-se, essencialmente, na consulta de documentos e estudos históricos de autores nacionais e internacionais.

Para o desenvolvimento do presente trabalho de investigação propôs-se a seguinte Questão Central (QC):

“Na Campanha Militar no Teatro de Operações da Guiné-Bissau (1963 – 1974), que movimentos insurgentes existiram, qual a relação com os apoios externos, forma de atuação, e consequências?”

Para ajudar a responder à Questão Central, utilizámos as seguintes Questões Derivadas (QD):

- a) QD 1 – Que tipos de atores externos existiram na Guiné-Bissau e que influências provocaram no desenrolar da situação vivida naquele TO?
- b) QD 2 – Como é que a população guineense influenciou a criação dos movimentos insurgentes?
- c) QD 3 – Qual a origem dos movimentos insurgentes no TO da Guiné-Bissau e as ideologias políticas subjacentes?



- d) QD 4 – Quais as táticas utilizadas pelos insurgentes, e como evoluíram estas ao longo do conflito?

Para compreender o objeto de estudo, dado que o trabalho de investigação em questão se apoia numa abordagem metodológica de índole qualitativa, optou-se por estudar a questão central à luz de quatro das variáveis operacionais: política, militar, económica e social, de acordo com as ferramentas utilizadas na atualidade.



1. A subversão e os seus apoios

Para compreender totalmente a situação vivida na época em estudo, será necessário recordar que se vivia o período da Guerra Fria que opunha dois grandes blocos, EUA e a URSS em disputas estratégicas e conflitos indiretos mas em que o continente europeu também esteve no centro das atenções.

A Europa tinha saído muito fragilizada da II Guerra Mundial, aliado ao facto de uma grande parte dos Países Europeus serem administradores de territórios ultramarinos, sem grande capacidade para se oporem ao fenómeno da luta dos movimentos de libertação pela independência, emancipação e da descolonização na África subsariana. O historiador Elikia M'Bokolo referiu que *“a emancipação política de África, que se concentrou num curto período de tempo, foi tão espectacular como fora a sua conquista pelos colonizadores em finais do século XIX. Por isso, o acontecimento cuidadosamente orquestrado pelos intervenientes (políticos, militares, testemunhas) concentrou a atenção dos que estudavam a quente as sociedades e o movimento social”* (M'Bokolo, 2007).

Em Portugal persistia uma ideia, descrita por (Dr.) Oliveira Salazar, que África *“(…) arde porque lhe deitam o fogo de fora (...)”*, (Nogueira, 2006 cit. por Garcia, 2000, p. 111), o que permitia constatar que a luta no Continente africano resultava na confluência dos interesses das superpotências estrangeiras.

Após a I Guerra Mundial, a URSS tinha começado a surgir a nível internacional com ideologias contra o colonialismo, mostrando desde essa altura a sua preocupação com os territórios de África, tentando explorar em seu benefício o nacionalismo crescente e as ambições ativas de algumas elites dos territórios africanos. Para a URSS, uma vez que a ameaça à Europa era inoportuna, África representava uma plataforma indireta para atacar o Ocidente. Os EUA, que surgiram como defensores da autodeterminação dos povos, iam exercendo a sua influência no apoio aos movimentos de emancipação, inicialmente através da Sociedade das Nações e, mais tarde, através da Organização das Nações Unidas (ONU). Esta postura tornou-se mais evidente quando, em 1961, os americanos, relativamente à situação da Libéria, se colocaram ao lado da URSS, República Árabe Unida e do Ceilão no Conselho de Segurança (EME, 1988, pp. 39, 56-57).

No período pós II Guerra Mundial, assistiu-se a um ritmo acelerado na libertação dos povos de África e Ásia por um grande número de Países da Europa (Anexo A), como foi o caso da Inglaterra, França e Bélgica. Estes territórios, assim que obtinham a independência, foram aderindo às Nações Unidas, criando um grande número de Estados contra as políticas



de Portugal e dos países colonizadores no continente africano no seio da ONU. Como tal, para além das superpotências, estes movimentos independentistas contavam ainda com o apoio conjunto dos povos africanos e dos países socialistas que integravam a ONU, recebendo igualmente o auxílio de diversos governos ocidentais e Organizações Não-Governamentais (ONG). O primeiro propósito dessas organizações (Organizações Internacionais (OI) e ONG) foi “*apoiar os movimentos independentistas do Ultramar Português, na sua luta contra a soberania portuguesa, fornecendo-lhes auxílio político e material, promovendo reuniões, conferências, encontros, patrocinando a impressão de artigos, publicações periódicas, etc.*” (Garcia, 2000, p. 113).

Ao longo deste capítulo procura-se explorar a importância dos congressos e conferências para a internacionalização da luta e reivindicações no antigo Ultramar Português, analisar os apoios a nível de outros Estados, OI e ONG (graficamente representados no Apêndice A), no sentido de entender a sua relevância para o desfecho desta situação.

1.1. As Conferências e Congressos

As conferências e congressos desempenharam um papel importante para a autodeterminação dos povos de África, nomeadamente na chamada de atenção da comunidade internacional sobre a situação vivida neste continente, tentando buscar nas OI, como a ONU, a legitimidade na luta pela independência e o respetivo apoio. Estas reuniões, por outro lado, procuravam obter apoios de outros Estados, entidades e organizações, nomeadamente do continente asiático e URSS, para auxiliar os povos dominados por países europeus (Anexo B).

1.2. Apoio de Organizações Internacionais

A entrada de Portugal na ONU não foi fácil, inicialmente devido ao atraso por causa do impasse causado pela Guerra Fria e o veto por parte da URSS (Silva, 1995, p. 5). Após isso, a situação não melhorou, devido aos condicionalismos impostos e à adesão a esta organização de vários países do continente africano (Anexo C).

A ONU também desempenhou um papel fundamental para a autonomia dos povos africanos, questionando os seus membros detentores de responsabilidades de administração de territórios africanos sobre as condições desses territórios, conforme vem descrito no Art.º 73º da Carta das Nações Unidas (CNU). A Portugal, aquando da entrada para esta organização em 14 de dezembro 1955, o Secretário-Geral da ONU conforme era prática, questionou se o nosso país “*administrava algum território dependente ou não autónomo.*”



(EME, 1988, p. 53), ao que o governo respondeu negativamente, dado que todos estes territórios possuíam independência face à nação portuguesa.

É a partir deste momento que se inicia a discórdia entre Portugal e vários Estados membros da ONU relativamente à aplicação do Art.º 73º da CNU. Esta interação é amplamente comprovada através das resoluções: A/1514 (XV); A/2105 (XX); A/2107 (XX); A/2395 (XXIII) e A/3061 (XXVIII) (Anexo D).

Em 25 de maio 1963 era assinada a Carta da Organização da Unidade Africana (OUA), em Addis-Abeba, por parte de trinta e dois Estados Africanos, “*que segue o enfiamento lógico e doutrinal da Carta das Nações Unidas*” (Garcia, 2000, p. 114). Com este acontecimento nascia a OUA, cujo intuito assentava na necessidade de desenvolvimento de uma organização capaz de acolher os Estados que fossem alcançando a sua independência ou os que recentemente a tivessem adquirido. Desta forma procuravam promover a unidade e solidariedade entre os Estados Africanos e combater para a libertação dos povos sob domínio de uma outra potência. Relativamente a este último ponto, a OUA decidiu, no início da sua criação, dedicar a sua atenção à coordenação das atividades dos movimentos independentistas africanos, criando para o efeito o Comité de Libertação Africana (também conhecido pelo comité dos nove¹).

A missão deste Comité, “*era conseguir o apoio diplomático, material e moral, coordenando e canalizando esse apoio aos movimentos independentistas*” (Felgas, 1966, p. 75). Para reforçar esta ideia de apoio aos movimentos independentistas o n.º 6 do Art.º 3º da Carta prescreve a “*(...) dedicação sem reserva à causa da emancipação total dos territórios africanos ainda não independentes (...)*” (Garcia, 2000, p. 116).

Na Carta está patente a preocupação relativamente ao conceito de Paz, mas também perante os de Defesa e Segurança. A Carta da OUA refere a intenção de “*(...) salvaguardar e consolidar a independência e a soberania duramente conquistadas, bem como a integridade territorial (...)*”, mostrando uma grande preocupação sobre a consolidação dos esforços conquistados e a integridade territorial. No Art.º 2º reforça a ideia da Defesa e Segurança, alertando para que “*(...) os Estados Membros coordenarão e harmonizarão as suas políticas gerais (...)*” (Garcia, 2000, p. 115). Esta preocupação advém da consciencialização (por parte dos Estados Membros da OUA) de que o apoio aos

¹ O Comité de Libertação Africana era formado por delegados da Argélia, Congo-Léo (Congo Belga), Etiópia, Guiné, Nigéria, Senegal, Tanzânia, Uganda e República Árabe Unida.



movimentos independentistas, de uma forma direta ou indireta, poderá ter consequências, resultando daí a preocupação com a Defesa e Segurança.

A ONU e a OUA desempenharam um papel importante ao concederem aos movimentos uma projeção internacional e de expressão política. Condições essas que Proença Garcia (2000, p. 117) considera essenciais para a sobrevivência. No entanto, foi o apoio em termos práticos, nomeadamente o fornecimento de equipamento e armas, medicamentos e treino militar por parte de alguns países, que permitiu a subsistência dos movimentos.

1.3. Apoio dos Estados

Para os movimentos independentistas toda a ajuda era importante. Todavia, o apoio prestado pelos países vizinhos como a República do Senegal e a República da Guiné, tinha uma importância vital, uma vez que era daí que os movimentos dispunham de bases de onde iniciavam as operações militares.

A República da Guiné, durante a governação de Ahmed Sékou Touré, acolheu os membros do então recém fundado PAIGC, permitindo que a sede deste movimento fosse em Conakry. O apoio, segundo o Embaixador da República da Guiné no Cairo (Felgas, 1966, p. 55), não terá sido apenas acolhimento, mas também a colocação de bases militares à disposição e o envio de armas para o PAIGC para tornar este território independente. Para além deste apoio, o movimento beneficiava de facilidades de trânsito, educação dos futuros quadros do movimento, propaganda, assistência sanitária e a instrução militar das Forças Armadas Revolucionárias do Povo. De acordo com o PAIGC, este movimento definiu as bases da sua política externa, em que considerava que o mesmo deveria *“fazer todos os esforços, e mesmo algumas concessões quando necessário, (...) para manter e reforçar as melhores relações”* com a República do Senegal e República da Guiné (PAIGC, 1974, p. 142), ficando patente a importância dos países vizinhos para este movimento.

Por outro lado, a República do Senegal, com Léopold Sédar Senghor, já tinha acolhido outros grupos políticos guineenses, tais como o Movimento de Libertação da Guiné (MLG), a União Popular para a Libertação da Guiné (UPLG), a União das Populações da Guiné (UPG), o *Rassemblement Démocratique Africain de la Guinée* (RDAG) e a União dos Naturais da Guiné Portuguesa (UNGP), veio mais tarde acolher e prestar auxílio à FLING (Frente de Luta para a Independência da Guiné). O Governo do Senegal, inicialmente talvez por receio que a presença do PAIGC no seu país desse alento ao partido da oposição (Partido Africano da Independência (PAI)) e fosse até causa de perturbações internas (Felgas, 1967,



pp. 54-55), também já via a sua importância e influência, tendo decidido apoiar e celebrando um protocolo de modalidades de cooperação (Garcia, 2000, pp. 122-123), facilitando a passagem de armamento e o trânsito e fixação de grupos armados, controlando através de escoltas (Guarda Republicana e Exército) para evitar desvios para as populações de Casamansa.

Apesar de inicialmente estes dois países (República do Senegal e República da Guiné) apoiarem movimentos diferentes, em 24 de outubro de 1963 os respetivos Presidentes reuniram-se na República do Senegal e concordaram no apoio ao povo da Guiné, através do PAIGC e FLING, na luta pela independência do domínio português (Felgas, 1967, p. 48). Devido ao apoio prestado pelas nações limítrofes e ao facto dos movimentos terem as suas sedes nos territórios destas nações, acarretou que fossem alvo de intervenções militares e levaram a uma série de queixas ao Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU), por parte da República do Senegal² e República da Guiné³, conduzindo à condenação de Portugal através das Resoluções do Conselho de Segurança.

A formação política dos quadros do PAIGC era feita na URSS e China e estes elementos, quando regressassem exerceriam funções de maior responsabilidade (Garcia, 2000, p. 117). A formação destes elementos era aperfeiçoada através dos “Seminários de Quadros”. Apesar da formação política ter um papel determinante para o PAIGC, a formação em outras áreas civis também permitiu desenvolver competências importantes para o futuro pretendido por este partido. Neste campo, foram muitos os países que prestaram auxílio, como por exemplo Cuba na área de transmissões e enfermagem; Hungria na área de economia e engenharia de minas; Bulgária na área de medicina, medicina veterinária, enfermagem, agronomia, pesca e indústria conserveira; China na área de espionagem e sindicalismo; Alemanha Democrática na área de eletricidade e máquinas; Checoslováquia na área de engenharia de minas e civil, máquinas, medicina, sindicalismo, espionagem, higiene e profilaxia social; e Rússia na área de medicina, enfermagem, agronomia, geologia, pedagogia, sindicalismo, comerciais e mecânicos. (Garcia, 2000, p. 118). Na área de formação militar, este apoio era prestado pela República da Guiné, Argélia, Cuba, China (especializações de política e guerra subversiva), URSS (cursos, especializações de aeronáutica, marinha e fuzileiro, especializações políticas, bem como a preparação militar

² Resolução nº: 178 de 24abr63, 204 de 19mai65, 273 de 09dec69, 294 de 15jul71, 302 de 24nov71 e 321 de 23out72.

³ Resolução nº: 275 de 22dec69 e 290 de 08dec70.



dos futuros quadros do Exército Popular) e Marrocos (Garcia, 2000, p. 118). Na área do armamento, o fundador do PAIGC, Amílcar Cabral, fazia pressão sobre a OUA e ONU no sentido de apelar à NATO para que deixassem de fornecer armamento a Portugal, alegando que esse armamento estava a ser utilizado na Guiné-Bissau (Felgas, 1967, p. 92). Por outro lado, procurava ter mais e melhor armamento para ser utilizado na luta pela independência. Este armamento era obtido, essencialmente, em países do bloco socialista como a Argélia, Cuba (material pesado), URSS, Jugoslávia (Garcia, 2000, pp. 121-122) e Checoslováquia (Felgas, 1967, p. 90).

Na área de equipamentos e ajuda humanitária, estes apoios eram prestados sobretudo pelos países nórdicos (Dinamarca, Noruega, Finlândia e Suécia). A Suécia desempenhou um papel importante no apoio aos movimentos independentistas, tendo sido um impulsionador para que outros países, nomeadamente a Finlândia e Noruega, tivessem aderido à causa dos movimentos. O facto de não haver ligações históricas ou económicas, fez com que os contactos surgissem apenas no final da década de sessenta e que o posterior apoio tenha surgido a partir de 1969, altura em que o PAIGC já estava estabelecido como uma força decisiva (Sellström, 2008, pp. 144-145). Ainda segundo o mesmo autor, todo este apoio foi possível devido à capacidade diplomática de Amílcar Cabral. No caso da Dinamarca, o apoio anunciado pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros seria em material destinado aos campos da saúde e educação. Já a Noruega tencionava dar apoio humanitário e assistência económica, tendo proposto ao PAIGC a concessão de verba⁴ na forma de bens e equipamentos (Garcia, 2000, p. 120). O apoio por parte do Governo Finlandês à causa Africana só se fez sentir em 1973, após a visita de Amílcar Cabral a Helsínquia (Sellström, 2008, p. 163).

Torna-se visível o programa arquitetado pelo PAIGC, através do seu líder Amílcar Cabral, em que, por um lado, tinha o apoio na formação, armamento e equipamento para continuar a luta pela independência através da URSS e seus aliados; e, por outro lado, tinha o apoio dos países ocidentais na cooperação civil e na reconstrução da Guiné Portuguesa (Sellström, 2008, p. 163).

1.4. Apoio das Organizações Não Governamentais

Para além do apoio formal dos Estados, analisado no capítulo anterior, na Guiné-Bissau foi significativo o apoio prestado pelas ONG. Estas organizações pretendiam apoiar

⁴ Um milhão de coroas norueguesas



os movimentos independentistas no conflito contra a soberania portuguesa. Este apoio era materializado na prestação de “*auxílio político e material, promovendo reuniões, encontros, peditórios, patrocinando publicações, folhetos*” (Garcia, 2003, p. 160). As principais ONG’s que atuaram na Guiné-Bissau terão sido as que a seguir se apresentam:

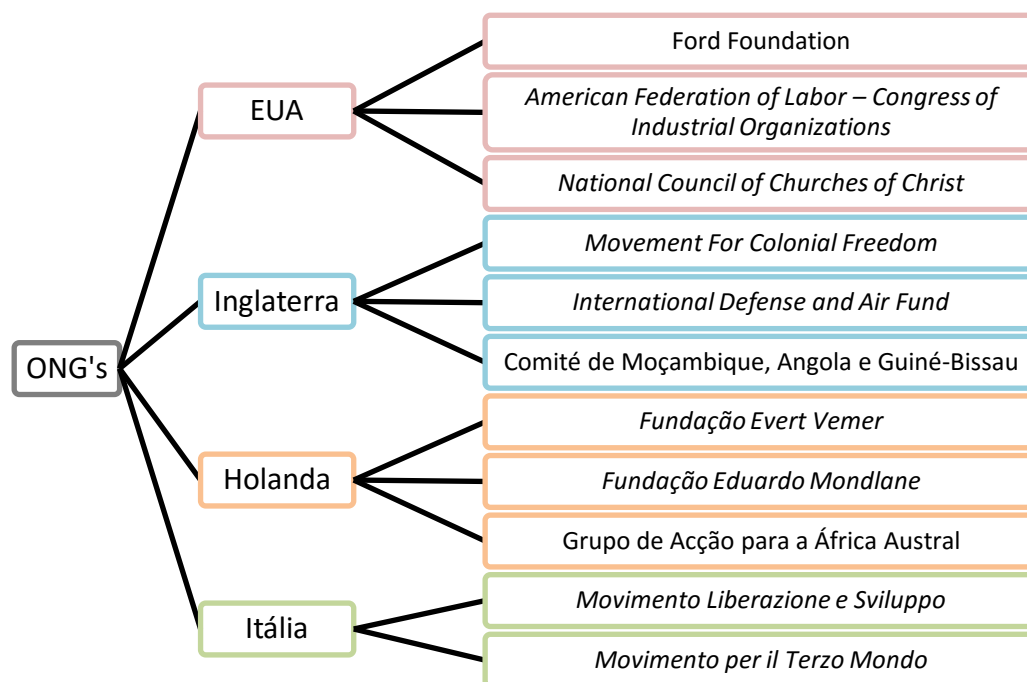


Figura 1 – Listagem de ONG’s que atuaram na Guiné-Bissau (Garcia, 2000)

Estas organizações tinham intenção de apoiar financeiramente os movimentos independentistas, para fins humanitários e políticos, através de recolha de fundos. O PAIGC como movimento de maior expressão, obteve uma grande parte dessa receita (Garcia, 2000, pp. 123-124). A dispersão destas organizações permite ver o alcance que os movimentos independentistas africanos tinham já na altura, mesmo junto de organizações de países aliados de Portugal na NATO.



2. A população da Guiné-Bissau e a sua génese

A Guiné-Bissau tem uma história recente. Inicialmente, o Império do Gana ocupava essa região mas, perante a primeira grande Força Islâmica, os Almorávidas, colapsa. Estes novos conquistadores introduziram o Islão de forma convincente aos líderes da denominada “África Negra”, tendo sido muito aceite pela maior parte dos líderes das tribos locais. Os Almorávidas conquistaram todo o Norte de África e inclusive a Península Ibérica (Mota, 1954).

Contudo, a não aceitação desta nova religião (Islão) originou vários deslocamentos de povos para oeste, formando o Império de Mali (Mandingas) que, inicialmente, travou a propagação do Islão (mas que depois também se converte). Também surgem vários estados Animistas. Mais tarde, contrariando essa tendência surgem os Fulas, no Século XVIII, que são islâmicos e expandem-se para a região este (Mota, 1954).

As incursões no interior do território bem como a não-aceitação de presença europeia no território conduz, ao longo dos anos, a vários confrontos com etnias locais (nomeadamente Mandingas, Papeis, Brameis, Balantas e Grumetes, entre outros) e a luta pelo controlo e poder territorial leva a ocupações de ilhas, compras de territórios e acordos com etnias dominantes na região (Campos, 2012).

2.1. As etnias Guineenses e as suas ideologias

Ao longo destas sucessivas conquistas, ocupações e movimentos migratórios, a Guiné-Bissau encontrava-se habitada por etnias com raízes culturais e religiosas diferentes. Como na maioria das nações Africanas, as fronteiras determinadas pelas “potências colonizadoras” dividiram povos amigos e aglomeraram povos rivais, criando fraturas que perduraram ao longo do tempo (Cissoko, 2016).

Num censo realizado em 1960 na então designada Província da Guiné, constata-se que tinha uma população total de 525 437 Habitantes, que se disseminavam por todo o território numa densidade populacional a rondar os 15 habitantes por km². Cerca de 70% da população vivia nos grandes centros urbanos, na sua maioria localizados no litoral (1000 hab/ km²). A população multiétnica deste território era representada por: os Balantas (25%); os Fulas (21,5%); os Manjacos (15%); os Mandingas (13%); os Papeis (8%); os Bijagós (2,5%); e um grupo de pequenas tribos (Felupes, Beafadas, Nalus, Cassangas, Banhuns, Baiotes, Cobianas, Pajadincas/Bajarancas e Tiapis/Cocolis entre outros) (15%) (Policarpo, 2006).



Figura 2 - Mapa de etnias da Guiné-Bissau (Fonte: guine-bissau.net)

Reunir estas etnias numa causa comum, decerto que se constituiu numa tarefa muito complexa, tendo em conta as lutas, ascendências e divergências ao longo de séculos. A história pouco reporta às guerras e batalhas existentes entre estes povos. Visto que os relatos da época provêm dos povos colonizadores e não dos colonizados, é difícil de pormenorizar e refletir sobre as ligações, relações sociais e políticas entre os mesmos (Cunha, 1961). No Anexo E analisam-se pormenorizadamente as várias etnias anteriormente descritas.

2.2. A cultura e a religião

Nos censos de 1950, 63,5% da população era Animista, 35,6% Islâmica e os Católicos não atingiam 1%.⁵ Os Animistas eram provenientes dos povos mais litorais que tiveram menos influência Fula, os Islâmicos ocupavam as regiões mais rurais e mais interiores, os Católicos ocupavam os aglomerados mais desenvolvidos (Cacheu, Bissau e Bafatá) e eram constituídos pela população branca e pelos “civilizados de raça negra” que se intitulam de “Grumetes”. (Mota, 1954)

Os Animistas, de *Anima* (alma), que veem o corpo como recipiente da alma, que é eterna. (Taylor, 1871). Estes povos são sempre os mais céticos à alteração do costume e da cultura, e foram sempre os mais difíceis de serem “civilizados” (Mota, 1954).

⁵ Dados da *World-Factbook da CIA* de 2008 apontam para o crescimento das religiões Islâmica (45,1%) e Cristã (22,1%) e decréscimo nos Animistas (14,9%), 2% sem religião e 15,9% de outras religiões.



Os Islâmicos, com influência proveniente do Nordeste de África, muito propagado na região pelos Fulas. Religião em que o profeta Maomé, através de mensagens recebidas do divino (Alá), expressas no Corão, com as ações do profeta descritas na Suna (Alves, 2013). A expressão de “mandingado” demonstra a islamização dos Mandigas bem como todos os indivíduos locais convertidos ao Islão (Mota, 1954).

Os Cristãos, através dos ensinamentos do profeta Jesus Cristo, crêem num Único Deus e na Santíssima Trindade. Religião dos colonizadores europeus (Mota, 1954).

A religião acarreta costumes, modos de vida e hábitos que desenvolvem e constroem a cultura do povo. A religião sempre foi uma forma de conquistar, que poupa as armas e o sangue. Os menos céticos aceitam a mudança e convertem-se, os mais céticos lutam pelo seus valores, cultura e tradição. Na Guiné-Bissau assistimos à não colonização religiosa, devido à grande resistência por parte dos povos Animistas. Ao longo de toda a ocupação Portuguesa são estes que se constituem como o maior entrave à colonização e efetuam mais ataques às pretensões Portuguesas. Por outro lado, vêem-se encurralados entre Fulas, colonizadores continentais Islâmicos e Portugueses, colonizadores europeus Cristãos. O islamismo nas regiões do interior com menos recursos e mais rural, o Animismo e Cristianismo nas regiões mais ricas e mais disputadas (Mota, 1954)

Nesta panóplia de etnias e religiões surgem os Grumetes. São os nativos “civilizados”, católicos de religião, oriundos maioritariamente de Cabo-Verde, conhecedores do poder político português e das suas fragilidades. Vão ser os principais impulsionadores dos movimentos liberais e separatistas (Mota, 1954).

A religião não assume assim a razão fulcral dos conflitos, a sua influência na cultura motiva os apoios ou as fraturas perante os Colonizadores.

2.3. As etnias nos movimentos independentistas

A população estava concentrada nos grandes aglomerados urbanos situados, na sua maioria (com exceção de Nova Lamego), na costa Atlântica na região oeste do país, rondando 70% do total da população. Três religiões predominantes, uma população heterogénea, onde se falava cerca de vinte (20) línguas e dialetos diferentes, com ancestrais diferentes e com crescimentos e desenvolvimentos muito díspares. População que encara o crescimento dos movimentos de libertação como novo colonialismo visto que, para eles, se tratava de um novo poder colonizador disfarçado de libertação do povo. Esta visão é defendida pelas etnias de menor representação, que ao longo da história testemunharam e



sentiram a presença de vários conquistadores que difundiram a sua religião e cultura e conduziram à perda de identidade de território. (Policarpo, 2006)

Muitos são os movimentos liberais suportados em etnias diferentes, com o ideal comum de uma Guiné livre e independente. Como tal, quanto mais significativa for a influência, o número de pessoas e o poder da etnia, maior será a força do movimento.

Antes de falar dos apoios da população aos dois principais movimentos, convém salientar algumas particularidades deste conflito. A etnia Fula apresentava o maior crescimento e expansionismo no território antes da presença Portuguesa, nunca se associou a nenhum movimento de independência, sentia que conseguia maior liberdade de ação se Portugal continuasse no território. Os Mandingas, nesta altura, associavam-se muito à ideologia Fula e partilhavam, de certa forma, a mesma intenção. Estas duas etnias têm a particularidade de representarem cerca de 34,5% da população e ocuparem a região este, numa dimensão perto dos 60% de todo o território, na região onde apresentaram menos ações hostis e onde os movimentos independentistas gozavam de menor apoio da população. (Policarpo, 2006). A norte, os Manjacos, os Felupes os Papeis e os Brumes apoiavam o Movimento de Libertação da Guiné (MLG). Mais tarde este movimento fracionou-se, tendo uma ala formado outro movimento - FLING (com forte apoio do Senegal e atuava nas regiões noroeste) e outra ala reforçado o PAIGC (Mota, 1954).

Os Balantas formavam a força combatente do PAIGC e residiam nas regiões de maior conflito. Os dirigentes deste movimento eram na sua maioria Cabo-Verdianos ou oriundos de Cabo-Verde (os Grumetes), que até então ocupavam os cargos de relevância na estrutura política colonial do território. Esta disparidade, juntamente com a ideia de Amílcar Cabral fundir a Guiné com Cabo-Verde, conduz a várias disputas dentro do PAIGC. Por um lado, várias vezes os Balantas alegavam serem eles próprios que "andam no mato" e os Grumetes estudam no exterior e "ocupam as secretárias" na Guiné-Conacri, por outro, acusavam de existir um novo colonizador da Guiné visto que os "Grumetes não são Guineenses são Cabo-Verdianos" (Mota, 1954).



3. Origem dos movimentos insurgentes

Para compreender a origem dos movimentos insurgentes na Guiné-Bissau torna-se necessário recuar ao primeiro momento que irá originar o acentuar da presença portuguesa naquele território, a conferência de Berlim. Revela-se como um marco histórico importante, pois é nesta conferência que os países colonialistas vão dividir entre si o território do continente Africano.

Até à conferência de Berlim em 1884, Portugal apenas mantinha a sua presença na Guiné-Bissau através dos seus entrepostos comerciais. Embora tentasse a expansão para o interior do território, estas tentativas revelaram-se sempre tímidas e pouco definidas. A conferência de Berlim teve o efeito de levar Portugal a aumentar a sua presença na Guiné-Bissau ocupando todo o seu território de forma a garantir definitivamente a administração do mesmo e reclamando-o como parte do território nacional.

Tendo Portugal a administração do território guineense, sempre se manteve, embora em pequena escala e sem capacidade política ou militar, uma ligeira oposição por parte de alguns “pequenos burgueses” guineenses. Estes continuaram a efetuar algumas “*tentativas de resistência política ao colonialismo português*” através de “*grupos, sindicatos, clubes de amigos, etc*” que tinham “*tendências nacionalistas*” (Cabral, 1974). O verdadeiro sentimento de nação guineense ganha força com o “*conjunto de novas relações e dos novos fenómenos implantados*” que originam trocas comerciais internas mais intensas levando ao “*movimento das populações*” (Cabral, 1974) e ajudando a fomentar o sentimento de nação.

No final da I Guerra Mundial e aproveitando uma Europa em recuperação, mas não se forçando no panorama internacional, os Estados Unidos aproveitam para se estabelecer como Potência Mundial impondo o seu ritmo nas Relações Internacionais. Em 1918, o Presidente dos EUA, Woodrow Wilson, nas “*bases enunciadas para a conclusão da paz (...) fez questão de nelas incluir um parágrafo obrigatório sobre o reconhecimento dos interesses das populações colonizadas, obrigando a que o assunto fosse tratado na Conferência de Versalhes*” (Policarpo, 2006). A Rússia, por seu lado, em “*clara oposição ao espírito europeu*” apoia os “*movimentos nacionalistas e emancipalistas emergentes colaborando no terreno com as elites étnicas das colónias*”, apoiando política e militarmente os mesmos (Policarpo, 2006). Estas elites, a já referida pequena-burguesia, via-se assim apoiada tanto pelas bases lançadas para a conclusão da paz do lado dos EUA, como da parte da URSS com o seu apoio deliberado e a sua postura assumida de “*inimiga do Colonialismo*” (Policarpo, 2006)



Em 1920, decorre em Baku o Congresso dos Povos Oprimidos que acentua ainda mais o sentimento anticolonialista pós-grande guerra. A Sociedade das Nações afirma-se no seio internacional como uma defensora dos “*movimentos emancipalistas, na esteira do novo posicionamento da diplomacia americana*” (Policarpo, 2006).

Outro fator que surge na origem dos movimentos insurgentes na Guiné-Bissau foi a postura dos grandes países europeus colonialistas que “*mobilizaram os recursos humanos e económicos*” provenientes das suas colónias no decorrer da Grande Guerra com a promessa de “*autonomia e horizontes de independência*” (Policarpo, 2006). Esta postura leva a que os povos guineenses renovem a esperança de Portugal seguir a mesma linha orientadora.

O aparecimento no contexto internacional de pan-africanistas como Du Bois, Garvey e Price-Mars despoleta uma série de conferências com o objetivo de demonstrar a importância de África para o futuro mundial. Em todos estes congressos, a linha orientadora e mais veementemente defendida era a necessidade dos povos colonizados se tornarem independentes. No Congresso de Paris, em 1919, onde Portugal esteve presente, o representante português fez questão de reforçar que Portugal não via as suas colónias como território conquistado com gentes e povos de outras raças e nacionalidades, mas sim como parte integrante de Portugal, onde viviam portugueses nascidos na metrópole ou nas colónias e que no território metropolitano também essa premissa era verdadeira: “*Se a lei não faz distinção entre as províncias metropolitanas e do ultramar e entre os portugueses nascidos de um e do outro lado dos mares, o povo a acompanha de bom coração. É assim que vedes em Portugal os africanos desempenhar todos os lugares de Administração e os vedes ministros, professores, juizes, oficiais ou soldados, todos com os mesmos direitos*” (Policarpo, 2006). Posteriormente, no Congresso de Londres em 1921, Portugal foi acusado de “*permitir a prática de escravatura nas suas colónias*” embora o representante português tenha “*recusado veemente*” essas acusações. Todos estes movimentos a favor da independência das autonomias das colónias, da defesa dos direitos dos “negros” para que, no paradigma internacional, fossem tratados como Homens perante a comunidade internacional, veio a desempenhar um papel fundamental no despoletar dos movimentos insurgentes na Guiné-Bissau.

O final da II Guerra Mundial traz uma “*corrente de esperança no mundo*” e no seguimento da mesma instala-se o período da Guerra Fria, com os Estados Unidos e a Rússia a emergirem como as duas grandes potências antagonistas. Entra-se então num período de corrida ao domínio global por parte dos dois blocos em que se dividiu o globo (Policarpo,



2006). No decorrer deste período, no V Congresso Pan-Africano realizado em 1945 em Manchester, foi aprovada uma declaração que aponta a independência como única e possível opção para a resolução dos problemas nas colónias africanas. Em 18 de abril de 1955 dá-se a Conferência de Bandung na Indonésia, cujo principal objetivo foi o de apresentar aos povos africanos as soluções que levaram à independência dos povos asiáticos. Os povos presentes nesta conferência, terminam proclamando “*ser dever de todos os povos libertados ajudarem os povos ainda subjugados a conquistarem a sua soberania, por via pacífica, ou violenta*”. No seguimento desta conferência, Moscovo aproveita para “*desencadear ofensivas diplomáticas e não diplomáticas, tanto no sudoeste Asiático como em África*” (Policarpo, 2006)

A 20 de setembro de 1960, a ONU declara “*Portugal possuía territórios coloniais e lhes negava o direito à autodeterminação, constituindo essa recusa uma ameaça ao bem-estar da humanidade e à paz internacional*” (Policarpo, 2006). Esta posição da ONU foi vista por Amílcar Cabral com uma primeira vitória contra o Governo de Portugal dando mais força e motivação para a crescente contestação à administração portuguesa.

Jovens alunos oriundos das colónias a estudar em Portugal desenvolvem “*consciência de se unirem contra o colonialismo português*”. O regresso destes jovens aos seus territórios de origem, depois de terminarem os estudos, contribuíram para um acentuar do sentimento de necessidade de libertação do domínio português e constitui-se como um fator que vem aumentar a vontade de tornar a Guiné-Bissau num país livre da administração portuguesa. Estes movimentos levam a que sejam criadas várias organizações na Guiné-Bissau. Inicialmente, estas não passavam de “organizações recreativas” pois não possuíam conhecimento nem experiência para se iniciarem como organizações com cariz político. A administração portuguesa proíbe a existência de tais organizações levando ao sentimento de que os “*Africanos não tinham nenhum direito sob o domínio Português*”. Este sentimento de revolta começa a cimentar a ideia de que a única maneira de resolver esta situação e melhorar as condições dos nativos guineenses é “*avançar para a luta*” (Cabral, 1974).

Em 1952 é criado clandestinamente por Amílcar Cabral, o Movimento para a Independência da Guiné (MING) que, a 19 de setembro de 1956 se torna no Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo-Verde (PAIGC). A partir de 1958, formam-se diversos partidos políticos, assentes em pequenas etnas, que pretendiam a libertação da Guiné-Bissau, nomeadamente o Movimento para a Libertação da Guiné (MLG), a União das Populações da Guiné (UPG), a União Popular para a Libertação da Guiné (UPLG), o



Rassemblement Démocratique Africain de la Guinée (RDAG), e que se restringiam à Guiné-Bissau, ao contrário do PAIGC que pretendia a união com Cabo-Verde. Posteriormente, alguns desses partidos fundiram-se na Frente de Luta para a Independência da Guiné (FLING). (Ferreira, 2009, p.161)

Em 1959, após o “massacre de Pidjiguiti”⁶, gera-se um sentimento de “*grande indignação entre toda a população da Guiné e Cabo-Verde*”. Este momento é, talvez, aquele em que o Governo Português perde definitivamente o apoio da facção da população que até aí o apoiava. Um ano antes foram aparecendo “*pequenos grupos*” e, em 1959, o PAIGC conseguiu uni-los sob a sua égide formando uma “*organização única*”. (Cabral, 1974). Em setembro de 1959 aproveitando a memória bem viva do “*massacre de Pidjiguiti*” foi realizada uma “*conferência clandestina*” em Bissau onde foi decidido que o PAIGC iria preparar-se para a “*luta armada*”. A partir desta conferência iniciou-se a “*mobilização das pessoas*” (Cabral, 1974). Este momento e a retaliação que as Forças Armadas portuguesas levaram a cabo sobre o povo guineense pela sua participação e apoio através de missões de sabotagem à “*luta dos Angolanos*”, foi o que os “*impeliu irremediavelmente para a luta armada*” (Cabral, 1974)

No seguimento da conferência de Bandung vários foram os movimentos que apareceram na Guiné-Bissau. Em 1959, a maioria acabou por se fundir no PAIGC. A partir de 1962, apenas dois movimentos estavam presentes na Guiné: O PAIGC e a FLING. Embora a FLING também tenha desempenhado um papel importante na condução da mensagem independentista, apenas o PAIGC desenvolveu a luta armada contra as Forças Portuguesas. “*Quando chegou a hora de desencadear a luta armada, coube ao PAIGC o papel primordial, porventura exclusivo, da sua condução e empenho. Animados pela crescente adesão da comunidade internacional à causa da libertação dos povos colonizados, estes movimentos partiram para o terreno e esforçaram-se para criar condições que lhes permitissem desencadear todo o tipo de acções necessárias à expulsão da Administração Portuguesa do território*” (Policarpo, 2006). Com a força que o PAIGC assumiu, quer no interior do território, quer na Política Internacional, muitos dos povos costeiros e insulares associaram-se à causa do PAIGC. A FLING não conseguiu opor-se ao

⁶ Os trabalhadores, estivadores e marinheiros do porto de Bissau, reivindicavam um aumento salarial, levando a uma greve que foi violentamente reprimida pelas autoridades coloniais, registando-se cerca de 50 mortos e uma centena de feridos.



crecendo do PAIGC, mas também nunca juntou forças com este. O grande apoio do PAIGC provém do exterior, quer em armamento quer em formação, equipamento e financiamento, já referido no capítulo anterior. Com esses meios conseguiu efetuar uma grande campanha de propaganda sobre a população guineense. (EME, 1969).

O PAIGC esforçou-se para se tornar numa força com capacidade político-militar providenciando condições à população e conduzindo uma eficaz ação de propaganda que tinha como objetivo não só o recrutamento, mas a validação dos seus ideais e o apoio à causa independentista do partido. *“Conseguiu implantar no terreno (o PAIGC) uma organização administrativa revolucionária de enquadramento das populações, investindo estrategicamente na mentalização ideológica, nos cuidados primários de saúde, na educação e no recrutamento de voluntários para pegar em armas, se necessário fosse.”* (Policarpo, 2006).

Resumindo, os movimentos insurgentes surgem pela primeira vez após a Conferência de Berlim como resposta ao acentuar da presença portuguesa na Guiné-Bissau. Após a Conferência de Bandung e aproveitando a crescente contestação ao Governo Português, nomeadamente após o Massacre de Pidjiguiti, o PAIGC conclui que apenas com a luta armada contra o “colonialismo português” será possível a libertação da Guiné-Bissau da administração portuguesa. Após a Segunda Guerra Mundial, o paradigma internacional altera-se com a emergência dos Estados Unidos como superpotência no panorama das Relações Internacionais. A ideia da liberdade dos povos leva a um movimento internacional a favor da libertação dos povos colonizados, sendo o seu manifesto traduzido em várias conferências mundiais (Policarpo, 2006). A Rússia, ainda que com outros objetivos, declara-se inimiga do Colonialismo, apoiando política e militarmente, no terreno, os movimentos emancipalistas e nacionalistas das colónias africanas e asiáticas. A Europa viu-se pressionada pela comunidade internacional com os EUA na liderança e pela Rússia, com oposição declarada e pronta a armar, treinar e financiar os movimentos insurgentes, a apoiar a independência dos povos africanos e inclusivamente retirar o apoio aos governos colonialistas. A ONU desempenhou um papel fundamental a favor da descolonização portuguesa, declarando que Portugal mantinha uma política que permitia o indigenato em África (Policarpo, 2006).



4. Organização militar do PAIGC e a sua evolução

No início de 1962 os grupos guerrilheiros apresentavam uma clara articulação das suas ações, divididas essencialmente entre ações políticas e ações militares, procurando com a combinação de ambas a independência para a Guiné-Bissau. Esta articulação assentava em dois grupos armados de guerrilha denominados de “área”, com caráter territorial ou “móveis”, com caráter de intervenção. Em 1963/1964 o PAIGC cria a “Milícia Popular” com a finalidade de reestruturar a guerrilha.

De forma a facilitar as operações, o PAIGC, tendo especial atenção às religiões e etnias existentes no país, dividiu o território em 3 zonas distintas, Zona Norte, Zona Sul e Zona Leste, agrupando nestas regiões, as quais seriam divididas depois em zonas e sectores (Afonso, 2000, p.98), (Anexo F).

Em 1969 a evolução era de tal forma que as suas unidades já se encontravam divididas em 3 grupos distintos, nomeadamente a Infantaria, a Artilharia e grupos especiais equipados com armamento e equipamentos diferentes (Afonso, 2000, p.159). Neste período, sem um número fixo de homens mas que, normalmente, rondaria os trinta e oito a quarenta e quatro, com elevada flexibilidade, capacidade de fogo, essencialmente, conhecendo a forma de combater dos Portugueses, o Bigrupo era a organização preferencialmente escolhida pelo PAIGC para combate.

Em 1971 fruto, novamente do sucesso alcançado até ali e também do apoio externo recebido, o PAIGC sofre uma nova reestruturação, passando a denominar-se Forças Armadas Nacionalistas (FAN), que tinha como missão a luta armada em todo o território. Também fruto desta reestruturação, nasce a Marinha Nacional Popular, o Exército Nacional Popular, bem como as Forças Armadas Locais (FAL), tendo estas últimas como unidade base, o Grupo com um efetivo de dezanove homens (Anexo G) (Afonso, 2000, p.160). Variando entre autores, no entanto segundo Aniceto Afonso (2000, p.105), entre 1972 e 1974, os militares portugueses estimavam que existissem a combater, pelo PAIGC, sete mil combatentes, sendo que destes, quatro mil e cem pertenciam ao Exército Popular e os restantes faziam parte das FAL.

4.1. Técnicas e táticas

Entre 1969 e 1972, o PAIGC executava mais de cinquenta ações mensais, causando nestas uma média de dez mortos e setenta feridos, números estes que viriam a aumentar, sendo exemplo disso os mais de sessenta mortos e duzentos e sessenta feridos em maio de 1973, fruto de mais de cento e sessenta (160) ataques a forças portuguesas, onde se salientam



as emboscadas, o uso de minas e ataques contra aeronaves. Esta ultima modalidade continuaria a ser ainda mais explorada, tendo como exemplo, as ações antiaéreas no final de março e início de abril de 1973 tais como o abate, o flagelo das mais diferentes aeronaves, como o Fiat G-9, aviões T-6, helicópteros AL III, e DO-27 (Afonso, 2000, p.161).

A partir de janeiro de 1973 os guerrilheiros possuem várias embarcações (capturadas aos portugueses) mas que nunca chegam a utilizar em operações militares, sendo este equipamento usado para a logística até ao final da guerra (Ministério do Exército, 1966).

Em março de 1973 as guerrilhas começam a utilizar mísseis terra-ar *Strella*, retirando às tropas portuguesas, no espaço de duas semanas, a liberdade de manobra no espaço aéreo (Ministério do Exército, 1966), tendo sido este facto um ponto de viragem no conflito.

Uma das caraterísticas das táticas empregues pelos guerrilheiros assentava na condução de operações em profundidade em qualquer parte do território, sendo que depois, para se furtarem à reação das tropas portuguesas, refugiavam-se para além das fronteiras, em território de países vizinhos cooperantes (República da Guiné e Senegal). Isto era-lhes permitido devido à natureza do terreno, especialmente à pequena extensão do território (ao contrário de Angola e Moçambique), bem como pelo facto do território fazer fronteira com países com interesses que se coadunavam com os da guerrilha, mais do que com os do Governo Português. Existia, portanto, muito pouco tempo para as tropas portuguesas reagirem e conseguirem impedir as guerrilhas de atingir os seus paraísos táticos (refúgios além-fronteiras) (Ministério do Exército, 1966).

4.2. Recursos táticos

Face às dificuldades de recrutamento, os guerrilheiros possuíam nas suas “fileiras” elementos de ambos os sexos e de todas as idades, ao contrário das forças portuguesas que apenas podiam fazer uso de jovens e adultos do sexo masculino.

Apesar de variar de região para região e conforme a etnia, o apoio da população aos guerrilheiros na Guiné foi muito superior ao recebido pelas guerrilhas em Angola e Moçambique, sobretudo devido a um muito maior empreendimento nos campos da propaganda e subversão dos civis, antes de começar o conflito.

Outros dos aspetos positivos dos recursos humanos utilizados, era a elevada motivação dos combatentes, pois todos os guerrilheiros eram voluntários, ao contrário das tropas portuguesas. Associado ainda aos combatentes, era a robustez que estes possuíam, pois conseguiam marchar sessenta a setenta km/dia devido especialmente ao seu sistema imunológico mais forte e ao facto de estarem adaptados ao clima e agentes biológicos



autóctones, sendo capazes de recuperar de feridas que matariam ou incapacitariam um soldado regular continental.

Durante o período de guerra foram também usadas drogas (Ministério do Exército, 1966). Os guerrilheiros, com o uso das mesmas, procuravam uma obediência imediata dos seus combatentes, bem como a ausência de contestação por parte dos mesmos. O uso de drogas permitia ainda ao guerrilheiro continuar o combate mesmo depois de seriamente ferido. Para manter a obediência dos guerrilheiros eram ainda usados guias religiosos/espirituais.

Um dos recursos, também muito precioso, dos guerrilheiros era o tempo de que dispunham, pois estes não tinham quaisquer prazos rígidos a cumprir para a obtenção dos seus objetivos.

O conhecimento do terreno, da fauna, da flora e, mesmo da meteorologia no planeamento das suas ações, permitia que obtivessem também vantagens significativas no uso e exploração das mesmas.

A cooperação com forças estrangeiras era outro recurso explorado pelos guerrilheiros, procurando nestas, informações importantes para o planeamento das suas ações, o treino dos seus guerrilheiros, bem como a coordenação com países vizinhos para utilização do seu espaço durante as fugas ao combate. Por último, salienta-se os recursos, embora que de alguma forma limitados, associados ao equipamento e armamento diversificados, de que dispunham para levar a cabo as suas ações.

4.3. Equipamento e armamento

Como já foi referido anteriormente, o conflito foi-se alterando e ajustando ao longo dos anos, especialmente no que diz respeito ao equipamento, começando as guerrilhas, de forma generalizada, com poucas capacidades, terminando com mais e melhor equipamento. Relativamente ao equipamento utilizado, salientam-se as Viaturas anfíbias PT-76 e BTR 40-P, os carros de combate BTR 152 e T-34, o Canhão 85mm D-44, as armas antiaéreas (russas) da família ZPU, o Míssil terra-ar SAM-7 (*Strella*), entre algum armamento individual, como era a Carabina *Simonov* ou até mesmo a espingarda AK-47. (Afonso, 2000, p.105).



Figura 3 - Míssil Terra-ar SAM-7 (*Strella*) (Fonte: militaryfactory.com)

4.4. Métodos

As ações de sabotagem eram um método utilizado pelos guerrilheiros para reduzirem as capacidades das Forças Portuguesas, procurando destruir essencialmente as suas infraestruturas de apoio, tendo como exemplo a destruição de pontes. Também o recurso a golpes de mão, com o roubo ou destruição de material e instalações, marcaram as operações levadas a cabo pelos guerrilheiros. Para a destruição de forças militares, estes grupos recorriam essencialmente a emboscadas.

Procurando infligir baixas, mas especialmente para promover o medo, ansiedade, pressão psicológica, negar descanso ou mesmo instaurar um clima de insegurança constante da população e das forças Portuguesas, os guerrilheiros recorriam frequentemente a ações de flagelação.

A emboscada foi a forma de atuar que causou mais baixas de todas as táticas utilizadas pelos guerrilheiros da Guiné, refletindo-se este aspeto especialmente quando eram utilizadas minas, pois o uso destas causava mais baixas que o próprio fogo inimigo. Por norma, a unidade utilizada para as emboscadas era o Bigrupo e eram feitas, na maior parte dos casos, às colunas de viaturas, colocando-se os guerrilheiros o mais próximo possível das colunas (ao contrário de outras guerrilhas noutros TO), preferindo o tiro a curta distância ao tiro a longas distâncias.

A obstrução das vias de comunicação era um dos métodos a que recorriam durante as ações para provocar o atraso de movimentos das tropas, ou mesmo para provocar o desgaste e bloqueio das mesmas. Nos golpes de mão, normalmente os guerrilheiros dividiam-se em duas equipas, uma que se infiltrava para atacar e depois fugir/dispersar e a outra para proteger a retirada da primeira. Caso não houvesse uma resposta firme por parte das Forças Portuguesas, os guerrilheiros da equipa de proteção/cobertura normalmente juntavam-se à



equipa de assalto para tentar explorar o sucesso, eliminando toda a oposição, apoderando-se de seguida do seu equipamento.

Contribuíam também para aumentar a capacidade de “sobrevivência” dos guerrilheiros as táticas utilizadas por si nas operações defensivas. Os guerrilheiros procuravam instalar as suas bases em zonas de difícil acesso, sendo por isso o acesso das Forças Portuguesas mais difícil e, por sua vez, o controlo do acesso mais fácil. Procuravam explorar ao máximo as características defensivas do terreno, aproveitando os obstáculos naturais existentes e, se necessário reforçavam as características defensivas do terreno e os obstáculos naturais com a construção de obstáculos artificiais, dificultando assim a progressão da população e das Forças Portuguesas, quando estes os procuravam ou seguiam, procurando desta forma não serem surpreendidos.

Proteger, poupar e economizar os escassos meios e recursos disponíveis, era então uma das prioridades dos guerrilheiros, procurando conseguir este feito, com recurso às técnicas e táticas por si utilizadas e que assentavam essencialmente na guerra de guerrilha. Na maioria das operações efetuadas pelo PAIGC, procurava-se causar o maior número de baixas possível no lado do adversário, sem procurar o confronto direto com o mesmo, pois sabiam que se o fizessem estariam em desvantagem. Outro aspeto importante a favor do PAIGC era o tempo de que estes dispunham para influenciar a população, que evitou que os mesmos tivessem que se empenhar decisivamente em confrontos diretos para destruir as forças Portuguesas, mas sim procurando manter as suas capacidades e os seus recursos e ao mesmo tempo causar o desgaste das mesmas.

Com o evoluir da guerra, os guerrilheiros foram evoluindo o seu conceito de manobra para operações do tipo “clássico”, desenvolvendo e levando a cabo ações sobre objetivos que procuravam selecionar, nos quais procuravam conjugar o seu potencial de combate, coordenando os seus fogos e manobra.

Após a declaração unilateral de independência por parte do PAIGC em setembro de 1973, os ataques por parte destes contra as Forças Armadas Portuguesas acabariam por se multiplicar, e era de alguma forma confirmada a incapacidade das mesmas manterem a posse do território.



Conclusões

O presente trabalho de investigação, sendo de carácter histórico, não pretende trazer à luz novos factos, mas sim analisar os movimentos insurgentes no TO da Guiné-Bissau entre 1963 e 1974 sob um ponto de vista da doutrina atual no Exército Português. Para tal, o ponto de partida foi compreender a evolução dos conceitos base durante todo o conflito.

“A subversão parte do nada para uma existência real, vai do pouco ao muito, do nascimento à maturidade, da falta de poder político à obtenção do poder político, da inexistência de um exército à sua criação e da falta de território controlado ao seu estabelecimento” (Sun Tzu, s.d. cit. por Couto, 1989, p. 255). A subversão é *“toda a ação deliberada levada a efeito por qualquer movimento ou organização, recorrendo a formas de actuação extralegais, com o objetivo de destruir ou corroer o Poder estabelecido e, em regra, a ordem político-social vigente”* (Couto, 1989, p.211). Segundo a atual doutrina NATO (AJP 3.2 *Allied Joint Doctrine for Land Operations*) o termo *“Insurgency”* substitui o termo *“Guerra Subversiva”* referido no PDE 3-00 no espectro do conflito. Na doutrina nacional, *“No espectro do conflito, a Guerra Subversiva é caraterizada como uma ação levada a cabo com o objetivo de derrubar um governo ou poder instituído. A motivação é política e resulta em violência não limitada a um território ou país, podendo terminar na eclosão de um conflito militar clássico.”* (EME, 2012). Atualmente, surge o conceito de Insurgência, são *“as ações de um grupo ou movimento organizado, frequentemente motivado ideologicamente, que procura provocar ou evitar a mudança na autoridade governante de uma determinada região, centrando-se em persuadir ou coagir a população através do uso de violência e subversão”* e em que o termo *“insurgentes”* serve *“para designar aqueles que planeiam e executam a Insurgência ou guerra subversiva”* (EME, 2015). De facto, o PAIGC, FLING ou outros movimentos (os insurgentes) eram organizados, motivados por uma ideologia comum (de libertação nacional), que procuravam mudança na autoridade governante (administração portuguesa) e usavam a persuasão e a coação para o caso do PAIGC.

Ao longo dos quatro capítulos, procurou-se abordar as variáveis política, militar, económica e social, no que concerne aos movimentos insurgentes, o que tornou possível ter uma visão global das relações, principalmente com atores externos. O PAIGC, fundado em setembro de 1956 por Amílcar Cabral, foi o movimento que maior relevância teve no desenrolar do conflito, sendo mesmo reconhecido a nível internacional como legítimo representante do povo guineense a 16 de outubro de 1972 na 27ª sessão da Assembleia Geral



da ONU. Tanto a ONU como a OUA desempenharam um papel importante ao concederem aos movimentos uma projeção internacional e de expressão política. No entanto foi o apoio no fornecimento de equipamento, armas, medicamentos e treino militar por parte de alguns países, que permitiu a subsistência dos movimentos. Os restantes movimentos eram “adversários” do PAIGC dado que este pretendia a união de guineenses e cabo-verdianos e os outros apenas a Guiné para os guineenses. A maioria deles reuniu-se à FLING e, no final, só persistiram dois movimentos na Guiné, a FLING e o PAIGC (Ferreira, 2009, p.161).

Nos concelhos em que o controlo da população era efetuado por autoridades portuguesas, aparentemente era contestada a ação do PAIGC. A nível tático, as primeiras ações eram de natureza pacífica mas, em 1961 dão-se os primeiros atos de guerrilha, como ações de sabotagem e cortes de vias de comunicação. A partir de 1963 a subversão armada instala-se na Guiné-Bissau e a população, supostamente liberta do controlo das autoridades portuguesas, é obrigada a abrigar-se na floresta ou a fugir para os países vizinhos que serviram de “santuários”. As suas capacidades evoluíram de tal maneira que, em 1973 aumentam o seu potencial de combate, equipando-se com mísseis terra-ar (Medina, 1993, p.344), tendo sido esta aquisição um marco importante no decorrer e resolução do conflito. A guerra subversiva levada a cabo pelo PAIGC foi apenas uma face das manifestações anticoloniais desenvolvidas, sendo outras faces do mesmo movimento a sua ação política, tanto interna como externa, ou a vertente económico-social nas áreas por si libertas.

De acordo com a investigação levada a cabo, poderá concluir-se que, de todos os movimentos que atuaram no TO da Guiné-Bissau ente 1963 e 1974, o PAIGC foi sem dúvida o que mais se destacou, sendo o único que utilizou a luta armada e o único reconhecido internacionalmente.



Bibliografia

- Afonso, A. e Gomes, C. M., 2000. *Guerra Colonial*. Lisboa: Editorial Notícias;
- Alves, A., 2013. *Dicionário de Arabismos da Língua Portuguesa*, Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, Instituto Camões;
- Boletim Cultural da Guiné Portuguesa, 1967. *Os povos da Guiné vol. XXII, n.º 85-86*, Bissau;
- Campos, A., 2016. *Histórias da Guiné Bissau em Datas* [Em linha] Disponível em: <https://www.slideshare.net/NovasdaGuineBissau/histria-da-guin-bissau-em-datas-13166952> [Acedido em 13 de abril de 2017];
- Cann, J. P., 2005. *Contra-Subversão em África, 1961-1974*. Lisboa: Prefácio - Edição de Livros e Revistas, Lda;
- Chaliand, G. 1967. *Armed Struggle in Africa – with the guerrillas in Portuguese Guinea*;
- Couto, A. C., 1989. *Elementos de estratégia*, Vol II, Lisboa: Instituto de Altos Estudos Militares;
- Cunha, J.M.S., 1961. *Questões Ultramarinas e Internacionais (Sociologia Política: ensaio de análise das situações coloniais africanas)*, Lisboa, Edições Ática;
- Duarte, R. F. B. C., 2010. *Os Militares Portugueses na Guiné-Bissau: Da Contestação à Descolonização*. Dissertação de Mestrado em História Moderna e Contemporânea. ISCTE;
- Estado-Maior do Exército, 1969. *Cadernos Militares 5, O Caso da Guiné*. Lisboa: Exercito Português;
- Estado-Maior do Exército, 1988. *Resenha Histórico-Militar das Campanhas de África, 1.º Vol., Enquadramento Geral*. Lisboa: Beira Douro, Lda.;
- Estado-Maior do Exército. 2012. *PDE - 3.00 - Operações*. Lisboa: Exercito Português.
- Estado-Maior do Exército. 2015. *PDE - 3.49 - Contrainsurgência*. Lisboa: Exercito Português.
- Felgas, H., 1966. *Os Movimentos Terroristas de Angola Guiné Moçambique*. Lisboa: Tipografia da L.C.G.G.;
- Felgas, H., 1967. *Guerra na Guiné*. Lisboa: SPEME.;
- Felgas, H., 1966. *Os Movimentos Terroristas de Angola Guiné Moçambique*. Lisboa: Tipografia da L.C.G.G.;
- Ferreira, J. J. B., 2009. *Em Nome da Pátria – Portugal, o Ultramar e a Guerra Justa*. Lisboa: Publicações Dom Quixote;



Garcia, F. M. G. P. P., 2000. *GUINÉ 1963-1974 - Os Movimentos Independentistas, o Islão e o Poder Português*. Lisboa: Lemos & Moutinho - Artes Gráficas, Lda.;

Garcia, F. M. G. P. P., 2003. *Análise global de uma guerra: Moçambique 1964-1974*. Lisboa: Prefácio

Guinee-Bissau.net Éditeur, 2006. *Répartition géographique des communautés* [Em linha] Disponível em: http://www.guinee-bissau.net/ethnies_repartition_guinee_bissau.php [Acedido em 24 maio 2017].

M'Bokolo, E., 2007 - *África Negra - História e Civilizações – Do século XIX aos nossos dias (Tomo II)*, Lisboa: Colibri;

Medina, J., 1993. *História de Portugal, dos tempos pré-históricos aos nossos dias – Volume XIII*, Lisboa: Ediclube ;

Mendy, P. K. e Lobban Jr., R., 2013. *Historical Dictionary of the Republic of Guinea-Bissau*, 4ª edição ed. [S.l.]: Scarecrow Press, Inc.;

Militaryfactory.com Staff Writer, 2017. *SA-7 (Grail) / 9K32 Strela-2 Surface to Air Anti-Aircraft Missile Defense System* [Em linha] Disponível em: http://www.militaryfactory.com/smallarms/detail.asp?smallarms_id=162 [Acedido em 25 maio 2017].

Ministério do Exército, 1966. *Operações contra Bandos Armados e Guerrilhas - O Exército na guerra subversiva*. Lisboa: Estado Maior do Exército;

Mota, T. da, 1946. *A descoberta da Guiné*, in *Boletim Cultural da Guiné Portuguesa, Bissau*, , vol. I, nº 1 e nº2;

Mota, T. da, 1954. *A Guiné Portuguesa, Lisboa, Agência-Geral do Ultramar, vol I*;

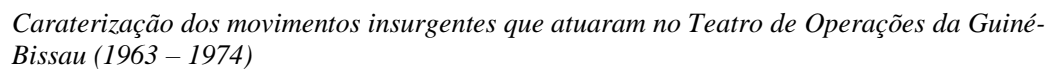
PAIGC, 1974. *História da Guiné e Ilhas de Cabo Verde*. Porto: Oficinas Gráficos Reunidos, Lda.;

Policarpo, F., 2006, *Batalhas da História de Portugal, Guerra de África, Guiné, 1963-1974*, Matosinhos: QuidNovi;

Priberam, 2013. *Dicionário Priberam*. [Em linha] Disponível em: <https://www.priberam.pt/dlpo/caraterização> [Acedido em 26 abril 2017].

Sellström, T., 2008. *A Suécia e as lutas de libertação nacional em Angola, Moçambique e Guiné-Bissau*. Uppsala: Bulls Graphic;

Silva, A. E. D., 1995. *O litígio entre Portugal e a ONU (1960-1974) - Análise Social*. s.l.:s.n.;

[illegible]



Anexo B — Conferências e Congressos

Apesar dos grandes momentos e acontecimentos terem sido durante a Guerra Fria, os primeiros passos surgiram entre as duas Guerras Mundiais, em que assistimos ao incentivo de sentimentos de autonomia nos territórios, principalmente os de administração europeia, para o desenvolvimento de uma ideologia de unificação de todos os povos de África, no sentido de potenciar a voz daquele continente a nível internacional. Estes sentimentos em grande parte têm origem nos Primeiros Congressos Pan-Africanos e mais tarde nas Conferências de Bandung (1955) e Pan-Africanas (1958). Neste período realizaram-se quatro Congressos Pan-Africanos, salientando-se o II Congresso em que é feito um “*extenso apelo à igualdade e cooperação de todas as raças e ao fim da miséria, ignorância e sofrimento da raça negra*”. O III Congresso que se realizou em novembro de 1923 em Londres apelava que todo o mundo deveria tratar os Negros como Homens e que este era o único caminho que podia conduzir à paz e ao progresso (EME, 1988, p. 42 e 43). Com a aproximação e durante a II Guerra Mundial, os movimentos nacionalistas que existiam, deixaram de se manifestar. No entanto, com a chegada do fim da Guerra, voltam a aparecer e começam novamente a organização dos congressos. Em março de 1945 foi organizado o V Congresso que, relativamente aos anteriores congressos, fica marcado por um grande avanço nas reivindicações pan-africanas. Neste congresso foi aprovado a criação da delegação oeste-africana que acreditava que, para o problema existente, a solução passava pela “*completa e absoluta independência para os povos do Oeste Africano*” (EME, 1988, p. 45).

Um dos marcos históricos para a emancipação dos povos africanos foi a Conferência de Bandung, que se realizou a 18 de abril de 1955 na Indonésia. Nesta reunião procurava-se fomentar a boa vontade entre as nações da Ásia e África, através do reconhecimento da necessidade de uma solidariedade ativa e partilha da sua experiência, promovendo os interesses mútuos de ambos os continentes, no sentido de criar boas relações entre ambos. É nesta conferência que, mais uma vez, é expressa a revolta moral contra o domínio das potências europeias com territórios em África e da tomada de consciência da dignidade pelos povos de cor (EME, 1988, p. 48).

Os congressos Pan-Africanos tiveram muita importância para as reivindicações das elites, porém, estas conferências foram as primeiras a serem realizadas em África. A Primeira Conferência realizou-se em Accra entre 6 e 13 de dezembro de 1958, tendo resultado mais uma vez “*a condenação do colonialismo sob todas as formas e o*



encorajamento dos movimentos de independência”, através do apoio à conquista da independência sob formas pacíficas, a solicitação da aplicação em África dos Direitos do Homem inseridos na Carta das Nações Unidas. Esta conferência também recomendou que todos os estados africanos quebrassem as relações diplomáticas com os países que tivessem domínio de territórios africanos, sendo Portugal um dos visados. (EME, 1988, p. 51). A Segunda Conferência realizou-se em Tunes entre 25 e 31 de janeiro de 1960 e terá sido nesta reunião que foi solicitado à Conferência que procurasse junto da ONU para que fosse inscrita na sessão XV da Assembleia Geral das Nações Unidas a questão do Ultramar Português.



Anexo C — Adesão dos Países Africanos às Nações Unidas

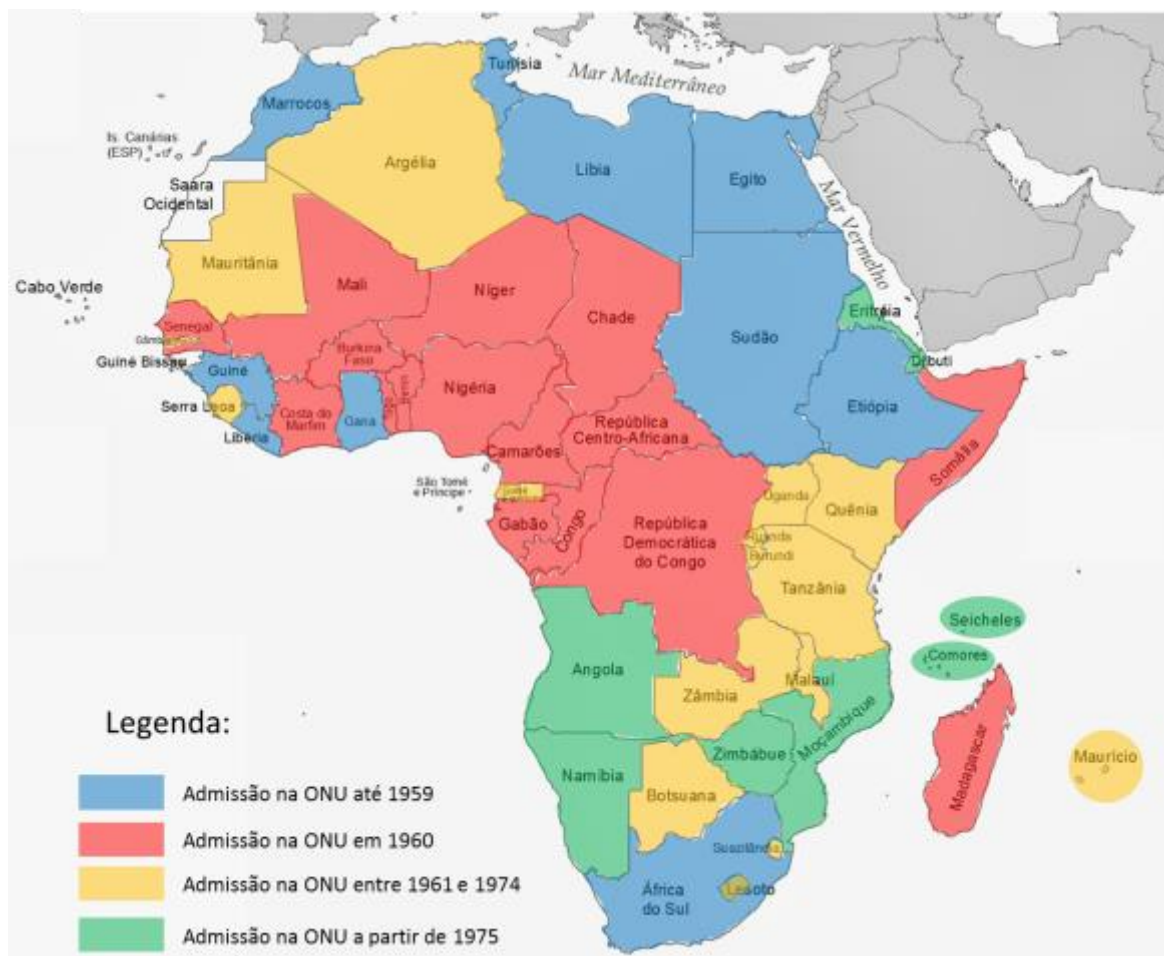


Figura 5 – Adesão dos Países Africanos às Nações Unidas (Elaborado por Capitão Pereira de Oliveira, com base na página oficial das Nações Unidas (<http://www.un.org/en/member-states/index.html>))



Anexo D — As Resoluções da ONU

A Resolução A/1514 (XV), de 14 de dezembro de 1960, relativa à "Declaração sobre a Concessão de Independência aos Países e Povos Coloniais", salienta a necessidade de “terminar com o colonialismo, sob todas as suas formas e manifestações”.

A Resolução A/2105 (XX), de 20 de dezembro de 1965, sobre a "*Implementação da declaração sobre a concessão de Independência aos Países e Povos Coloniais*", alerta para a “*atitude inaceitável*” por parte do Governo Português e Sul-africano em recusar o reconhecimento do direito à independência dos Povos Coloniais. Este documento solicita, ainda, a “*todos os Estados e instituições Internacionais para reter todo o tipo de assistência ao Governo de Portugal e da África do Sul, até que estes renunciem as políticas coloniais*”.

A Resolução A/2107 (XX), de 21 de dezembro de 1965, sobre as "*Questões dos territórios sobre a administração Portuguesa*", expressa novamente a preocupação relativamente ao Governo Português e a intensificação das medidas de repressão e operações militares contra a população africana, com vista a destruir as aspirações legítimas à autoproclamação, liberdade e independência. Apelava, do mesmo modo, a todos os Estados que, em cooperação com a Organização da Unidade Africana, deveriam prestar aos povos dos territórios sobre a administração portuguesa o apoio moral e material necessário à restauração dos seus direitos inalienáveis. Incita os Estados Membros a tomarem medidas contra Portugal (corte de relações diplomáticas, fecho de portos aos navios com a bandeira de Portugal, boicotar todas as transações com Portugal). Defendendo ainda que todos os Estados e, em particular, os aliados militares de Portugal na NATO, deveriam abster-se imediatamente de dar assistência de qualquer tipo ao Governo Português (que pudesse ser utilizado na repressão ao Povo Africano), assim como prevenir a venda ou fornecimento de armas e equipamento militar.

A Resolução A/2395 (XXIII), de 29 de novembro de 1968, volta a referir-se ao tema "*Questões dos territórios sobre a administração Portuguesa*", onde é expressa grande preocupação na persistente recusa do Governo de Portugal em implementar as Resoluções relevantes das Nações Unidas. Apelava a todos os Estados a prestar aos Povos dos territórios sob a administração portuguesa o apoio moral e material necessário à restauração dos seus direitos inalienáveis.

A Resolução A/3061 (XXVIII), de 02 de novembro de 1973, relativamente à "*Ocupação ilegal das forças militares Portuguesas em alguns sectores da República da Guiné-Bissau e actos de agressão cometidos contra o povo desta República*", salienta a



preocupação sobre a situação explosiva resultante na continuação da “ocupação ilegal” das forças militares de Portugal em algumas áreas da República da Guiné-Bissau e a “intensificação de atos de agressão” contra o povo deste país.



Anexo E — Etnias Guineenses

Balantas

Inicialmente, por volta do Século XV, viviam nas proximidades do Rio Casamança, na região Norte e Nordeste da Guiné-Bissau. Balantas, que no próprio dialeto significa Homens. Caraterizam-se pela ausência de régulos (grande fragmentação política), ao longo dos tempos pagaram tributos aos Mandingas. Representam a maior etnia da Guiné-Bissau e são eles a grande parte dos militares das Forças Armadas Guineenses. (Mota, 1946)

Fulas

A sua presença neste território data do Século XV, vindos de Este. Conquistaram terrenos aos Mandingas mas, numa fase inicial, misturaram-se com os povos locais e muitos deles assimilaram a cultura e religião desses povos. Mas ideais expansionistas e liderança coesa fizeram ocupar um grande território, travado pelas expansões francesas continentais. A sua grande expansão reside na propagação do Islão aos povos conquistados. É nesta altura e perante atos de escravatura, que se convertem muitos nativos aos quais denominavam Fulas pretos. Disputas internas entre Fulas e a expansão Portuguesa Continental ditaram o fim do avanço Fula para oeste e limitaram o avanço do próprio Islamismo. Os Fulas reduziram drasticamente a influência dos Mandingas e dos Beafadas.

Com as intenções expansionistas Europeias (neste caso Portuguesa), os Fulas e os Mandingas (também estes islamizados) reconhecem o poder das nações Europeias e, de forma consciente, depõem as armas contra estes e auxiliam na luta contra os Povos ainda Animistas (Papeis, Bijágos, Balantas, Manjacos, etc). (Mota, 1946)

Manjacos, Papeis e Brames

Grande afinidade com os Brames e os Papeis, falam o mesmo idioma e, por vezes, são agrupados no mesmo conjunto, ao longo da história referimos a divisão de Manjacos, que muitas vezes é feita pela localização geográfica por onde estão disseminados ou pela influência da europeização. Já se dividiam em régulos, demonstrando uma organização política bem estruturada, com a cobrança de impostos e com a realização de trocas comerciais. Habitavam na região Noroeste, na Faixa Litoral e os Papeis mais enraizados na Ilha de Bissau. Como curiosidade, o Antigo Presidente e combatente Guineense, Nino Vieira, era Papel. (Mota, 1946)

Mandingas

Este povo expandiu-se pelo território no Século XVI, assumindo-se como povo conquistador e assimilando, destruindo ou forçando retiradas de povos outrora



representativos nesta área (Beafadas, Bajarancas, Felupes, Cassangas, Banhuns, Baiotes, entre outros). Organizavam-se em vários reinos dispersos por todo o território da Guiné e exerciam domínio de poder e do tributo sobre vários povos limítrofes. (Mota, 1946)

Bijagós

Factos históricos indicam que após confronto e derrota com os Beafadas, saíram da grande massa continental e sediaram-se na parte insular. Grandes marinheiros e Guerreiros, fabricavam canoas de guerra que utilizavam para incursões e atos de pirataria contra as povoações costeiras (Felupes, Manjacos, Papeis, etc).

A Colonização destes territórios veio culminar nas questões tribais do “chão” em que cada povo se limitava ao seu território. Existindo agora uma administração superior e a abolição destas divisões, passam os povos a prosperar por territórios, mais vastos e que outrora não lhes eram permitidos por não ser o seu “chão”. Assim sendo, a expansão reverte pelos interesses económicos e a procura de maior e melhor sustento. Como prioridade, e sendo este o local onde essa prospeção de riqueza é maior, os povos deslocam-se para o litoral. Os que ficavam no interior, muitas vezes estando longe da realidade atual e do interesse de riqueza, eram os que se transformavam nos escravos que eram levados para o continente Americano. (Mota, 1946)



Anexo F — Divisão militar do PAIGC



Figura 6 – Divisão da Guiné por zonas (Afonso, 2000, p.159)



Anexo G — Organização do Bigrupo

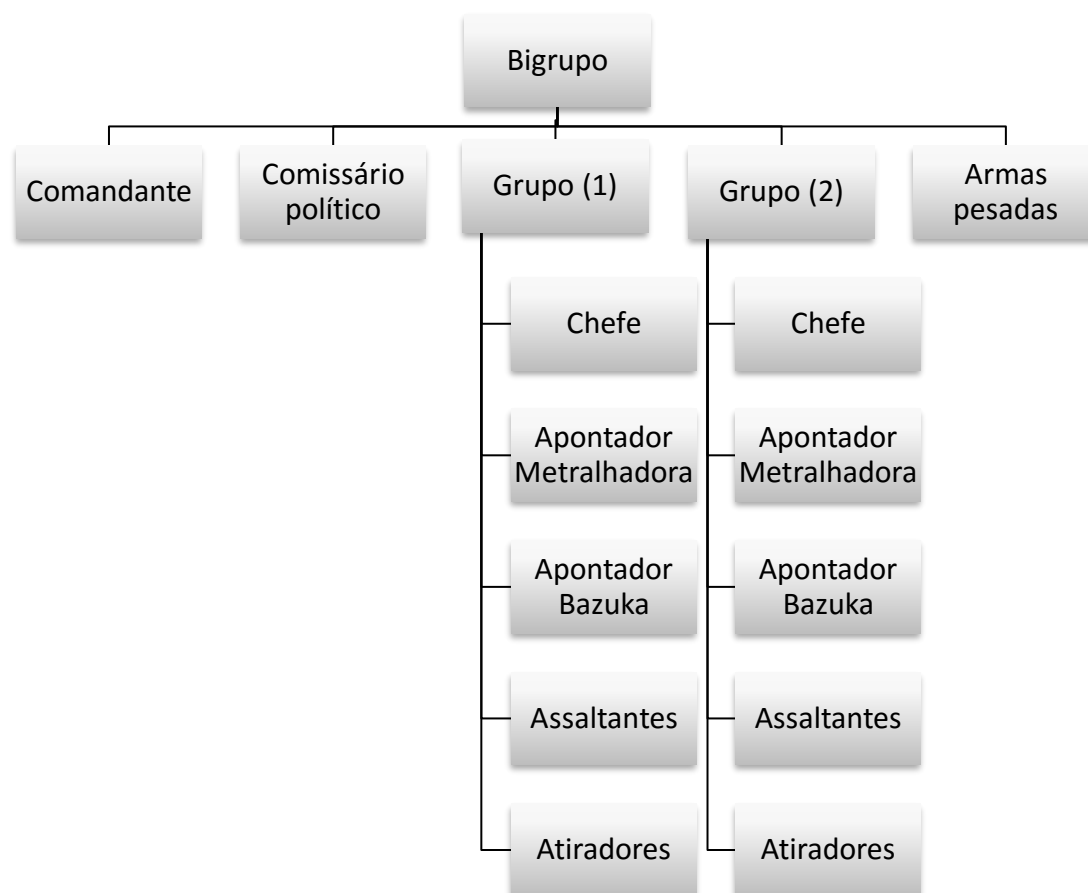


Figura 7 – Organização do Bigrupo (Afonso, 2000, p.160)



Apêndice A — Diagrama de relações dos movimentos insurgentes

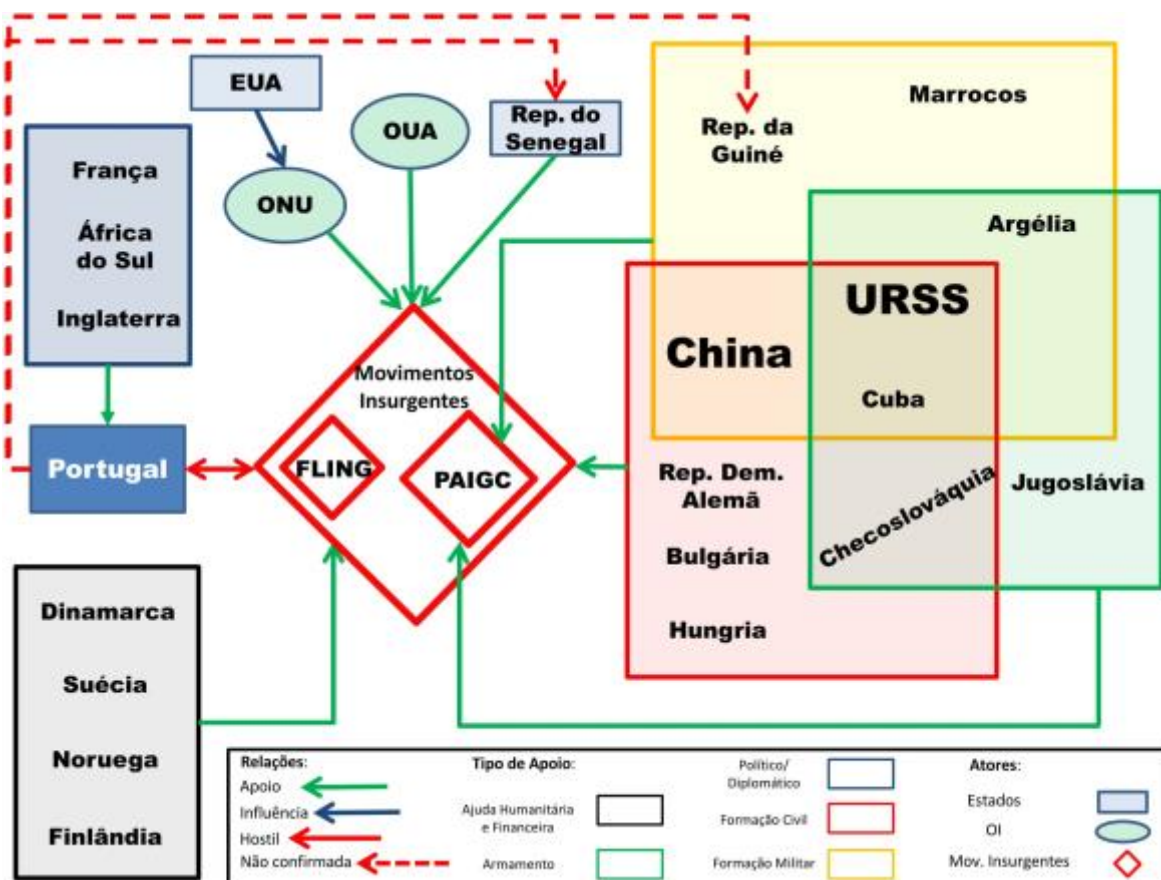


Figura 8 – Diagrama de relações dos movimentos insurgentes na Guiné-Bissau
(elaborado por Capitão Pereira de Oliveira)